

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Aos 27 dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre do Edifício Paços de Concelho do Peso da Régua, pelas vinte e uma horas e trinta minutos iniciou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Peso da Régua de harmonia com a convocatória de 19 de setembro de 2018.

Feita a chamada verificou-se a ausência dos deputados Alfredo António Rodrigues Soeiro de Barros, Luís Carlos da Costa Marques e Sérgio Filipe Cabral Ferreira.

Faltaram ainda os deputados Nelma de Jesus Pereira Coutinho, Paulo Jorge da Cruz Costa e Raúl Jorge de Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves, sendo estes substituídos pelos deputados Marlene Monteiro de Almeida, Isabel Maria da Silva Guedes de Sá e Filipe Manuel Pereira Osório, respetivamente.

Iniciada a sessão, usou da palavra a deputada Gabriela Maria Portela de Mesquita Guimarães para abordar o estacionamento na Rua dos Camilos e lamentar que junto ao EB2+3 não haja contentores para o lixo.

O deputado Manuel da Costa Monteiro congratulou-se pela requalificação do Largo José Pinto de Carvalho e chamou a atenção para o facto de existirem problemas com o pavimento da estrada para Fontelas.

A deputada Joana Catarina do Souto Lopes reportou-se à estrada para Canelas, bem como a participação nas Festas que se realizaram em várias freguesias do Concelho, e questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a limpeza na Ferraria, os terrenos envolventes do Bairro Branco e sobre os bairros sociais.

A ata da sessão ordinária realizada em 27 de Junho de 2018 foi lida, discutida e aprovada com 24 votos a favor e 2 abstenções.

A ata da sessão extraordinária realizada a 12 de julho de 2018, foi lida, discutida e aprovada com 20 votos a favor e 6 abstenções.

Todas as referidas abstenções foram motivadas pela ausência nas sessões.

O 1º ponto da ordem do dia iniciou-se com a apreciação da informação escrita do Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e a situação financeira do município.

O Sr. Presidente tomou a palavra para realçar vários pontos, designadamente o conjunto das atividades, a requalificação do Largo José Pinto de Carvalho e a sua zona envolvente, a aprovação da candidatura ao PRODER para a reabilitação dos balneários das Termas do Moledo, os financiamentos para as obras do hospital e a requalificação do mercado municipal, a reabilitação da casa que existe na ponte velha para albergar os caminheiros que por aqui passam com destino a S. Tiago, a cerimónia da condecoração dos funcionários camarários com 25 ou mais anos de serviço, as intervenções em zonas verdes, lúdicas e desportivas, e a Feira do Vinho.

Abordou ainda a vertente financeira reportando-se à aprovação pelo Tribunal de Contas de um empréstimo e ao desequilíbrio provocado pelo défice tarifário.

Fez um ponto da situação no que respeita à Casa do Douro, nomeadamente quanto à intervenção da CIM Douro, realçando a defesa da natureza pública e da inscrição obrigatória, e sobre a Linha do Douro, designadamente no que respeita à eletrificação até ao nosso concelho e a ligação a Salamanca, tendo destacado em ambos os casos o importante papel desempenhado pelo nosso município.

Deu informação sobre os vários desenvolvimentos relativos ao Hospital D. Luís I, abordando os vários contactos e iniciativas que têm vindo a ocorrer.

Deu ainda informação referente aos problemas e litígios com as quotas de cheia na zona ribeirinha.

Finalmente, esclareceu as questões levantadas pelas Senhoras deputadas Gabriela Maria Portela de Mesquita Guimarães e Joana Catarino do Souto Lopes.

O Senhor deputado Mário Jorge Quifones Janeiro questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o Mercado Municipal.

O Senhor deputado Hugo Tiago Rodrigues da Fonseca elogiou o desempenho do atual executivo municipal e pediu informações sobre as Caldas do Moledo.

O Senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

De seguida foi proposta, discutida e aprovada por unanimidade a apresentação e discussão conjunta dos pontos em que são tratadas as matérias fiscais, tendo também

merecido a concordância do Sr. Presidente da Câmara. Também foi deliberado, nos mesmos termos, a inclusão do ponto cinco da ordem dos trabalhos nesta apresentação e discussão conjunta.

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação dos mencionados pontos, tendo destacado no IMI as discriminações positivas e negativas, e explicado as opções na fixação das percentagens das taxas a vigorar.

A Senhora deputada Joana Catarina do Souto Lopes abordou fundamentadamente as diversas opções de voto do grupo municipal do Partido Socialista.

Essas posições estão em anexo à declaração de voto dos Deputados do PS apensa a esta ata.

O Senhor deputado Hugo Tiago Rodrigues da Fonseca detalhou os motivos pelos quais o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente todas as propostas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal procedeu a uma pormenorizada avaliação sobre as referidas intervenções.

A proposta do ponto 2) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem das taxas do IMI para vigorarem na cobrança a efetuar durante o ano de 2019 foi aprovada por unanimidade com 26 votos.

A proposta do ponto 3) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal, relativa à fixação da percentagem da taxa de participação no IRS, para o ano de 2019, ao abrigo do preceituado no artº 25º da Lei nº 73/2013, de 15 de Janeiro, foi aprovada com 15 votos a favor e 11 contra.

A proposta do ponto 4) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de lançamento de uma derrama, através da fixação da percentagem da taxa para o ano de 2019, sobre o lucro tributável e não isento de IRC, foi aprovada com 15 votos a favor e 11 contra.

A proposta do ponto 5) Apresentação, discussão e aprovação da proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem para 2019 foi aprovada por unanimidade pelos 26 membros presentes.

A Deputada Gabriela Mesquita Guimarães entregou na mesa uma Declaração de vota da CDU, apensa a esta ata.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes, vinte e seis dos Senhores Deputados, a aprovação da presente ata, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4 do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º. 75/2013 de 12 de Setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.